

PARAÍSO AZUL E RECANTO FELIZ: NOMES DA ANTÍTESE DE VIOLÊNCIA URBANA EM SALVADOR

Maria Luiza Cardoso Freire*

Resumo: *Morar é uma necessidade inerente ao ser humano. Assim como comer e beber, abrigar-se é fundamental na vida do indivíduo, e determinante na formação e construção da identidade cidadã. A ausência ou inadequação das políticas públicas habitacionais no Brasil deixa um grande contingente da população à margem da realização da necessidade de morar. As invasões configuram-se como estratégias encontradas por populações de baixa renda para solucionar, ainda que inadequadamente, a situação de moradia. Assim, surgem as ocupações subnormais, na maioria das vezes sem condição de habitabilidade, que trazem no nome a esperança, o desejo e a perspectiva de tornar-se uma habitação digna, traduzida em acesso a equipamentos de uso coletivo, conforto, segurança e onde a casa represente o território afetivo. Paraíso Azul e Recanto Feliz, em Salvador, são exemplos de invasões que convivem com a violência cotidiana e lançam mão da estratégia de utilizar nomes que remetem ao histórico desejo de habitar dignamente.*

Palavras-chave: Morar; Ocupação desordenada; Casa; Violência.

O presente trabalho apresenta uma análise da situação de uma comunidade de Salvador, assentada no bairro do Costa Azul, em Salvador, que tem como marcas a pobreza, o desemprego, a violência, a baixa escolaridade dentre outros elementos de exclusão. Por outro lado, esta comunidade tem também como características, a luta constante por melhores condições de vida e a esperança, traduzidas nos nomes dados à área onde está assentada: Paraíso Azul e Recanto Feliz.

Pretende-se ainda refletir sobre a unidade residencial, percebendo-a como o resultado do acúmulo de significações e de diversos referenciais e contextualizações socioculturais na ocupação popular. As análises aqui presentes se originaram dos trabalhos de campo desenvolvidos nas áreas, durante o processo de intervenção urbanística efetuada pelo Governo do Estado da Bahia através de órgãos habitacionais.

A cidade de Salvador, assim como outras cidades do país, vem seguindo a lógica da desigualdade capitalista, reproduzindo no seu território a lógica da segregação sócio-espacial, sendo um dos reflexos mais evidentes a manifestação da violência nos seus mais diversos significados sociais, traduzindo-se tanto na forma de ocupação do espaço, quanto pelo descaso dos poderes públicos no atendimento às necessidades básicas como moradia, saúde, educação e segurança, como também pelo exercício da violência menos elaborada, que consiste na busca inadequada do que lhe parece devido. Assim, as violências se configuram como um reflexo do tratamento social, econômico e político em que se contextualiza a cidade. Apontar causas e soluções para a violência nas grandes cidades brasileiras consiste num exercício absolutamente complexo. Este trabalho não trilha neste caminho, mas busca associar o fenômeno da violência com as questões da habitação nas invasões e favelas, usando as duas comunidades citadas como referências dessa linha de raciocínio.

A moradia constitui um dos bens e direitos significativos da vida humana, mas atualmente o crescimento das cidades tem posto em questão uma das grandes dificuldades dos

* Socióloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Orientador: Professor Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos.

cidadãos urbanos, que é possuir uma moradia digna, aqui compreendida de forma abrangente, não apenas como abrigo, mas como ocupação de um espaço urbano, com condições e equipamentos necessários a uma boa qualidade de vida e de habitabilidade. Qualidade de vida que se representa não apenas por fatores objetivos como educação, saúde, morar bem, salário digno, trabalho, mas também por seu aspecto subjetivo que representa para cada indivíduo e grupo social, como felicidade, harmonia, liberdade e segurança.

As áreas em questão, Paraíso Azul e Recanto Feliz, são contíguas e constituem uma única ocupação. Situada num bairro de grande valorização imobiliária, o Costa Azul, inserido na malha urbana da cidade de Salvador, se encontra cercada de edificações economicamente valorizadas, ocupadas por habitantes da classe média e média alta.

A invasão aí estabelecida há cerca de 30 anos, se deu em torno de uma nascente, cercada por um cordão de dunas, remanescentes da ocupação legal do próprio bairro. A população desse território está distribuída em mais de 1000 barracos. Os residentes são na maioria migrantes de pequenas cidades do interior do Estado, que ali se fixaram, em busca de trabalho.

Carente de toda infra-estrutura básica, a área atraiu os primeiros moradores por localizar-se em local privilegiado, onde eles encontraram a possibilidade de trabalho ocasionais, prestando pequenos serviços aos moradores do bairro legalmente constituído. Um outro fator de atração foi o chamado “boom” imobiliário no local, que ocorreu no mesmo período durante a constituição do bairro do Costa Azul.

Compreender a comunidade em questão é essencial para podermos localizar o indivíduo em seu contexto. Os moradores desta área possuem características que geram exclusão: baixa escolaridade, cor, desemprego, pobreza, dentre outras. Tais características limitam caminhos possíveis a seus sujeitos sociais e definem espaços e atitudes que podem lhes colocar à margem do comportamento social estabelecido, muitas vezes retratado na violência não elaborada, como forma de cobrar da sociedade o que lhe parece e de fato é devido.

O lugar de morar pressupõe um sentimento de pertencimento e de identidade com o mesmo. As precárias condições de vida comum a todos, as necessidades urgentes e numerosas criam laços de solidariedade entre os grupos, estabelecendo normas e práticas sociais. É também nessas condições sócio-espaciais que se evidencia a segregação da comunidade Paraíso Azul e Recanto Feliz, na qual os moradores são identificados por seus vizinhos como favelados. Este território é visto como local habitado por pessoas sem higiene, preguiçosas, violentas e degradadoras do meio ambiente. Esses fatores contribuem para que os moradores da área em questão construam uma imagem de si mesmos, reforçada e alimentada a partir do olhar do outro, ou seja, dos moradores do entorno. O estigma de morar nestes locais significa muitas vezes, não só a perda dos direitos e garantias individuais, mas principalmente a construção de uma identidade social negativa, definida a partir de uma “visão de fora” daqueles que detêm o poder, os chamados “estabelecidos”, como bem coloca Norbert Elias (2000). As condições particulares de vida desta população, que têm como característica as dificuldades e necessidades, dão aos moradores de Paraíso Azul e Recanto Feliz uma identidade comum reforçada pelo olhar do outro.

O cenário de exclusão é construído num imbricamento entre a identidade negativa atribuída pelos externos e a sua repercussão sobre os indivíduos e o grupo de moradores que fazem parte dessas áreas. Assim, a identidade dos de dentro, forma-se no confronto da aceitação e rejeição da identidade social que lhes é atribuída por aqueles que constituem os socialmente estabelecidos na sociedade. Esses valores dados pelos de fora contribuem negativamente na formação da identidade social do grupo e do indivíduo.

Nessa perspectiva, a localização social da comunidade Paraíso Azul e Recanto Feliz, dada pela condição de moradia, renda, precariedade do trabalho, entre outros, contribui para a construção negativa da auto-imagem dos moradores pautada em referências como origem, cor, condições de vida e condição de moradia. Abstrai-se nesse contexto, diferentemente de outras áreas com essas mesmas

características de “subnormalidade”, local de moradia, por tratar-se de um bairro de grande capital simbólico.

Isto não significa que o local seja percebido apenas a partir desses pontos negativos que lhe são atribuídos. Ao olhar a si mesmos através do olhar do outro, os moradores se percebem e ao local de forma negativa; mas ao olhar a si mesmos e a sua comunidade através da sua experiência pessoal, deslocam-se daquela condição inferior e negativa em que são postos pelos de fora e resgatam a sua identidade social. Nessa direção, o indivíduo e local passam a ser referenciados por aquilo que têm de positivo, como o espaço da vida, do prazer, da amizade, da solidariedade, ligando os indivíduos à sua comunidade e ao seu território por fortes laços afetivos. Essa ligação afetiva com o território reforça os laços de coesão social que fazem desses moradores participantes de uma comunidade de iguais. Isso se reforça nas organizações formais e informais existentes na área, que conquistaram com luta e união a maior reivindicação: a permanência e o direito ao espaço construído, resultado e expressão das suas possibilidades e anseios.

Ressalta-se que a forma de viver o bairro se diferencia. Ao percorrermos as ruas da ocupação, sem pavimentação, com buracos, e esgotos expostos, identificamos famílias, que junto a outras constroem uma rede de relações de vizinhança, solidariedade e sobrevivência, enquanto no bairro formal, com suas ruas pavimentadas, esgotamentos sanitários etc, as relações são construídas em outras bases, espaços e interesses. Essas diferenças se refletem também na distância entre os moradores da invasão e os moradores do bairro, ainda que os mesmos se encontrem na relação patrão versus empregado. Segundo depoimentos dos moradores de Paraíso Azul e Recanto Feliz durante o trabalho de campo para cadastramento das famílias, muitos deles trabalham como domésticos e porteiros dos prédios e casas do entorno, que apesar de utilizar o seu trabalho e os aceitarem dentro de suas casas, os rejeitam como vizinhos.

Ainda que a rua seja o palco onde também se estabelecem as convivências e de onde se espraiam as relações sociais, o recrudescimento da violência, em função da quase inexistência de programas sociais, e o tráfico de drogas reduzem os espaços de convivência de vizinhos. A conversa na calçada configurava a extensão das casas, que ficavam com suas portas abertas sendo uma anexo da outra. Na situação atual isso ainda pode se dar, mas com horário marcado, pois a violência vivida por essa comunidade no seu dia-a-dia limita o seu acesso, e determina a sua forma de relação interpessoal.

Em contato com alguns usuários de droga da área, evidencia-se que este fato está diretamente relacionado ao sentimento de frustração, de carência e solidão, à necessidade de atenuar as tensões e os efeitos da baixa auto-estima, e a busca constante de fugir da realidade difícil e sem perspectiva.

O tráfico e o consumo dessas substâncias são praticados cada vez mais por jovens do local, um movimento que também está associado às tensões sócio-ambientais. De um modo bastante intenso, esses jovens explicitam sua rejeição ao tipo de vida dos pais, na maioria das vezes trabalhadores informais e analfabetos. A falta de perspectiva de uma vida melhor, o sentimento de vazio existencial, de desconfiança e revolta provocados pela situação de pobreza e desigualdade, acintosamente exposto no seu entorno, bloqueiam o desenvolvimento da afetividade, desestimulam a busca de melhorias através de movimentos e lutas, restando para estes jovens a droga como alternativa para a diluição das tensões e frustrações, como também inibidoras do controle e da censura, impulsionando e/ou permitindo comportamentos impulsivos e descontrolados. A vida comunitária anteriormente existente se modifica, dando lugar a outras formas de vivência, mais individualizada e em alguns aspectos menos pacífica.

A casa para estes moradores perpassa a condição de abrigo e propriedade, trazendo em si e na sua representatividade todo um simbolismo e subjetividade. Em grupos e reuniões, os participantes, moradores da área, colocam a casa como o lugar de “enfeite, do exercício da arte, do aproveitamento, do espaço para guardar tudo que é importante, lugar da referência, do endereço, do acolhimento e da troca”.

Observa-se assim, que a casa tem uma importância identitária para estes moradores, para quem a forma, a distribuição dos espaços, a sua decoração e arrumação constituem elementos de uma linguagem não-verbal, mas que refletem uma realidade social, cultural e econômica.

Estudar o espaço como página onde se emite e se recebe um texto não verbal supõe estudá-lo como extensão daquela mesma prática representativa, ou seja, nele se escreve a história sucessiva de um modo de pensar, desejar, desprezar, escolher, relacionar e sentir. (FERRARA, 1988).

Portanto, a casa representa um referencial, um reflexo da cultura humana. Vale ressaltar a casa como símbolo, e que a maneira de ser, o comportamento e todo legado social, é cultura transmitida e absorvida por meio de linguagens compostas por símbolos.

A casa é determinante na construção da identidade cidadã. Isto se reforça quando observamos, que o primeiro rabisco de uma criança se concretiza em uma casa, que guarda, a princípio, seus bens mais valiosos. Poderíamos discorrer aqui nas várias definições, significações e conceitos, sobre a casa e suas representações, mas nos propomos apenas a relatar o significado da casa para esta população, que tem uma relação de pertencimento com este espaço construído e concebido por ele mesmo. Mas ao observarmos as condições de habitabilidade dessa população e o padrão de construção dessas casas, compreendemos que verdadeiramente esse espaço reproduz um modelo de localização no mundo e na sociedade, baseado nas desigualdades de oportunidades, direitos e acessos.

No ano de 2005, o Governo do estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano-SEDUR e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia-CONDER, em parceria com a CAIXA, buscou uma intervenção na área Recanto Feliz e Paraíso Azul, através do Programa Pró Moradia/Viver Melhor, com o objetivo de dotá-la de infra-estrutura, melhores condições de habitabilidade e desenvolvimento local. Para tanto serão construídas unidades habitacionais verticalizadas, aproximando esta população carente da classe média do entorno, pelo menos no que se refere ao padrão de edificação. Aparecerá então, nesse contexto, um outro conceito de casa, como bem de mercadoria, contradizendo o percebido até agora, a casa como bem de uso.

A intervenção se propõe transformadora, no sentido de que efetivamente ao final da obra e do trabalho social, previsto por um período de três anos, ou seja, 2008, a população ali residente, cerca de três mil e oitocentas pessoas, tenha melhorado a sua vida de forma sistemática em todos os sentidos necessários a uma proposta de desenvolvimento individual e coletivo.

Caberá, portanto, uma análise futura no sentido de verificar o alcance ou não do objetivo final da intervenção, que consiste em capacitar e instrumentalizar a comunidade, para que a mesma se torne autônoma para gerir o seu desenvolvimento, resgatando valores e sua identidade cultural, elementos essenciais ao processo de construção da cidadania, tendo em vista a melhoria das condições de vida da população local e a inclusão social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. Política de Habitação Popular e Subdesenvolvimento: Dilemas, Desafios e Perspectivas. In: DINIZ et al. **Políticas Públicas para áreas urbanas. Dilemas e Alternativas**, Debates Urbanos n. 4, Rio de Janeiro, 1982.

ELIAS, Norbert. A Civilização como transformação do Comportamento Humano. In: **O Processo Civilizador. História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (1994).

Elias, Norbert. **Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (1994).

FERRARA, Lucrécia d'Aléssio. **Ver a Cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARICATO, Ermínia (Org.) **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003.